

Governo não vê como custear os benefícios sociais



Sant'Anna disse que a anistia aos micro e pequenos empresários custará ao governo Cz\$ 337 bilhões

Silvio Donizzetti



Os direitos e benefícios sociais incluídos no projeto de Constituição poderão ficar como um mero direito constitucional, sem condições de serem pagos por falta de recursos e por representarem alto custo para a União. A avaliação foi feita ontem durante reunião do presidente José Sarney com 11 ministros considerados de sua extrema confiança e com as lideranças do Governo no Congresso, segundo informou o deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), líder governista na Câmara.

O deputado, que atuou como porta-voz do encontro, acrescentou que o governo deverá concluir, até depois de amanhã, um levantamento sobre os custos dos novos encargos aprovados no primeiro turno. Ele adiantou que a anistia da microempresa e do pequeno e médio empresário vai custar Cz\$ 397 bilhões, enquanto a anistia fiscal representa uma despesa de Cz\$ 776 bilhões, além do desvio de 60% do Programa de Integração Social para financiar o seguro-desemprego. A arrecadação do PIS, atualmente, é de Cz\$ 450 bilhões.

Pressa

Na reunião de duas horas, que serviu para levantar os custos com benefícios, vantagens e anistias aprovadas no projeto de Constituição, a avaliação foi a de que o prazo

para a revisão constitucional "é muito longo" e que as alterações devem ser feitas durante o segundo turno de votação. "Acho que podemos aproveitar o segundo turno para colocarmos receita e despesa de forma equilibrada, já agora", conclamou Carlos Sant'Anna.

Segundo o líder, a grande preocupação do governo é saber se há receita suficiente para pagar tantos encargos que a futura Constituição prevê, não só no capítulo dos direitos individuais e coletivos, mas dos trabalhadores e da Previdência Social.

"De onde tirar recursos para pagar os impactos causados pela aprovação de benefícios, anistias e direitos pela Constituinte. Uma das impressões mais preocupantes é o das Disposições Transitórias que têm artigos que são extremamente duros com o Tesouro. O da aposentadoria que permite qualquer um requerer sua aposentadoria na lei que melhor lhe beneficie, o que vai criar verdadeiros "marajás". A concessão de estabilidade para juizes togados e prerrogativas de servidores públicos federais para os delegados de polícia", exemplificou o líder do Governo.

Aposentadoria

Outro artigo criticado pelo Presidente, ministros e lideranças partidárias foi o que reduziu a aposentadoria compulsória em cinco anos, aos 70 anos de idade para o homem e 60 anos para a mulher. O caso dos trabalhadores rurais que se aposentaram aos 60 e 55 anos de

idade foi visto como um agravante a mais.

Ao comentar a aposentadoria dos trabalhadores rurais, Carlos Sant'Anna advertiu que não tem nada que diz, no texto constitucional, que o trabalhador rural tem que recolher à Previdência para poder se aposentar.

"O texto fala que o cálculo do pagamento é sobre os 36 últimos salários recebidos, mas não fala em recolhimento. Se a interpretação final da justiça for que a aposentadoria é automática e tem que ser arcada pela Previdência, independentemente de ter ou não ter contribuído, o custo disto é absolutamente impossível de ser sustentado pelo Estado", reclamou Sant'Anna. Ele lembrou que a maioria do empregado rural não possui carteira de trabalho, e, portanto, não contribui para a Previdência.

Custos

O Governo acredita que os custos dos benefícios aprovados no projeto de Constituição atingirão principalmente a administração do sucessor do presidente José Sarney. Depois de amanhã, o Palácio do Planalto terá uma avaliação dos custos dos novos encargos, principalmente da área dos Ministérios da Fazenda e da Previdência. Apesar de um dos temas mais importantes da reunião de ontem tratar da questão previdenciária, o titular da pasta, Renato Archer, não foi convidado para o encontro. Os levantamentos sobre os gastos da sua área, caso seja mantido o projeto de Constituição, deverão ser encaminhados por escrito ao presidente José Sarney.

Esquerda quer manter avanço social

Carmem Kozak

Os partidos de esquerda se reúnem amanhã para discutir a estratégia que será utilizada no segundo turno de votações. Eles pretendem impedir que o grupo de direita consiga suprimir os avanços obtidos no primeiro turno, principalmente, no capítulo que trata dos Direitos Sociais. A esquerda apresentou 180 emendas coletivas, mas o vice-líder do PT, deputado José Genoino, afirma que "nenhuma está em negociação". Na sua opinião, não existirão acordos ideológicos nessa última etapa, quando "tudo

será decidido no voto". Os parlamentares de esquerda estão tranquilos em relação à votação de segundo turno. Mais organizados e unidos ideologicamente do que o Centrão, esperam encontrar o apoio do PSDB e do PMDB em algumas questões consideradas prioritárias, como: a ampliação da reforma agrária e limitação do papel das Forças Armadas, retirando a responsabilidade pela lei e a ordem. Para confirmar o apoio das lideranças do PMDB e do PSDB nesses pontos a esquerda pretende marcar para a próxima segunda-

feira — quando se inicia a votação — uma reunião com os líderes desses partidos. Nesse encontro serão apresentadas as 180 emendas coletivas na tentativa de oficializar o acordo. O deputado José Genoino não antecipou quais estratégias serão discutidas na reunião de amanhã. Uma delas no entanto, é a obstrução de plenário. Caso o Centrão consiga suprimir muitos dispositivos no capítulo dos direitos sociais, Genoino explica que a bancada de esquerda, "a mais assídua no plenário", não dará quorum às sessões.

O que pretende a esquerda

Reforma agrária

Preendem conseguir a reforma agrária ampla no segundo turno, com a supressão do inciso que exclui as terras produtivas desse plano.

Anistia fiscal e monetária

Suprimem integralmente os artigos que isentam de pagamento de correção monetária e juros de mora as dívidas tributárias e as contraídas durante o Plano Cruzado pelos pequenos e médios empresários e proprietários rurais.

Direito de propriedade

Suprimem o direito de propriedade previsto no capítulo dos direitos fundamentais, argumentando que esse princípio não pode ser igualado ao direito à vida.

Forças Armadas

Limitam o papel das Forças Armadas ao proporem a supressão da responsabilidade pela "lei e a ordem".

Estado de Defesa

Suprimem integralmente o artigo que criou o estado de defesa. Esse dispositivo é semelhante às medidas e estado de emergência previstos na atual Constituição.

Verbas públicas

Acabam com qualquer tipo de destinação de verbas públicas às áreas de saúde, previdência, educação, e esporte privado, mesmo que a entidade não tenha fins lucrativos.

Pena de morte

Supressão do inciso que permite a pena de morte nos casos de

guerra declarada. A esquerda argumenta que isso permitiria a aplicação dessa sentença em casos de guerra civil.

Divórcio

Defendem a liberdade ampla de divórcio, não podendo a futura Constituição remeter a matéria para a regulamentação em lei.

Trens da alegria

Suprimem todos os dispositivos das Disposições Transitórias que representam trens da alegria. O principal deles é o que efetiva os funcionários do Executivo, Legislativo e Judiciário que estejam há mais de cinco anos em suas funções.

Unicidade sindical

O PT defende sozinho a supressão do inciso que estabelece o princípio da unicidade sindical.

Centrão enumera "superprioridades"

Gerson Menezes

O Centrão vai "convocar o governo e a iniciativa privada" para se mobilizarem a fim de derrubar alguns pontos do projeto de Constituição na votação em 2º turno, segundo afirmou ontem o deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE), ao enumerar as "superprioridades" traçadas em reunião do grupo ontem no final da tarde. Fiúza disse que "não sabe" se os pontos que o Centrão

pretende suprimir coincidem com os que foram enumerados pelo governo, "pois não li a lista do governo", mas acredita que "o bom-senso" levará a essa coincidência.

Na reunião de ontem, em que foi feito um balanço que o grupo aceita negociar e dos destaques que serão pedidos, acabou sendo traçada uma lista de "superprioridades" dentro das "prioridades", devido às naturais dificuldades de

negociação previstas para o 2º turno. Enquanto o Centrão se reúne para colocar, segundo Fiúza, "um pouco de bom-senso" no projeto, longe da reunião o vice-líder do PT, deputado José Genoino (SP), avisava que será "impossível" qualquer acordo em torno de temas, pois, segundo ele, "tudo o que o Centrão quer piorar, nós (da esquerda) queremos melhorar".

A seguir, as "superprioridades" traçadas pelo Centrão:

Jornada de 6 horas

O Centrão quer suprimir o dispositivo que estabelece jornada máxima de seis horas para turno ininterrupto de revezamento, ou pelo menos a expressão "máxima".

Licença-paternidade

O Centrão quer simplesmente eliminar a licença-paternidade de oito dias, estabelecida pela Constituinte.

Aviso-prévio

O direito a aviso-prévio proporcional ao tempo de serviço é outra proposta que o grupo dos conservadores pretende eliminar totalmente.

Greve

O Centrão quer manter a greve, mas modificar também o dispositivo que garante estabilidade para o sindicalizado até um ano após o final do seu mandato como

representante sindical ou suplente.

Voto

A supressão do direito de voto aos 16 anos é "superprioridade". O Centrão rejeita esse direito, mesmo incluída a responsabilidade penal a partir dessa idade.

Produção agropecuária

O Centrão não quer que a União seja responsável pela organização da produção agropecuária e o abastecimento alimentar. Permanecerá apenas a palavra "fomentar".

Dissídios trabalhistas

Os conservadores querem que a Justiça do Trabalho não tenha mais a incumbência de estabelecer "normas e condições" no caso de dissídio coletivo quando trabalhadores ou empregadores recusarem-se à negociação ou arbitragem.

Fortunas

O objetivo é suprimir o imposto sobre fortunas, considerado um "apelo demagógico" pelos conservadores.

Pesquisa mineral

O Centrão pretende suprimir a expressão "de capital nacional" que nacionaliza a mineração.

Imposto adicional

Supressão do item II do artigo 161, que estabelece adicional de até 5% do que for pago à União, de imposto sobre lucros, ganhos e rendimentos de capital.

Empresa brasileira

O Centrão quer suprimir a expressão "e o exercício, de fato e de direito..." para mudar o item sobre empresa brasileira.

Risco

O Centrão quer suprimir a proibição de contratos de risco para pesquisa e lavra de petróleo.

Constituinte nega prejuízo ao déficit

Rubem de Azevedo Lima

A reclamação feita pelo presidente José Sarney, de que o projeto de Constituição o impedirá, durante algum tempo, de emitir e resgatar títulos da dívida pública e que isso prejudicará a política de redução do déficit público foi considerada, ontem, improcedente, por vários constituintes, entre os quais o senador Jorge Bornhausen, do PFL de Santa Catarina.

Bornhausen recordou, a propósito, que a política de controle de déficit público foi descumprida pelo próprio presidente Sarney, quando este, pressionado pelo governador Orestes Quêrcia, liberou recursos governamentais para São Paulo.

Quando à reclamação do presidente da República, sobre o projeto de Constituição da Assembleia Constituinte, ela se prende ao fato de que os constituintes aprovaram norma segundo a qual a emissão e o resgate de títulos da dívida pública dependerão de lei complementar. Assim, promulgada a nova Carta, o Senado e a Câmara terão de aprovar uma lei que exige quorum de maioria absoluta nas duas casas do Congresso, para que o Governo possa resgatar ou emitir aqueles títulos.

Títulos

Segundo a Subsecretaria de Orçamento do Congresso, a Constituição atual também subordina o lançamento ou o recolhimento de títulos da dívida ao controle legislativo. O artigo 44 desta Carta estabelece que cabe ao Congresso, com a sanção do presidente da República, dispor sobre as matérias de compe-

tência da União, especialmente, entre outras, as que se referem a operações de crédito, dívida pública e emissões de curso forçado.

Apesar dessa exigência, desde o regime militar, principalmente após a Carta de 67, emendada pela Junta Militar em 1969, o Governo jamais consultou o Congresso a respeito de tais assuntos. Todas as emissões de títulos da dívida foram decididas no âmbito do Conselho Monetário Nacional, por iniciativa do executivo, e ali aprovadas simbolicamente.

Esse assunto foi objeto de reclamação de um dos líderes governistas no Congresso, junto aos ministros da área econômica, mas os titulares das pastas da Fazenda e do Planejamento consideraram o recurso ao CMN perfeitamente normal, em termos políticos.

OAB considera terrorismo

O presidente José Sarney está fazendo uma espécie de terrorismo com a Constituinte quando manda os ministros da área econômica calcularem quanto custará ao País a nova Carta. A opinião é do presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Márcio Tomaz Bastos, para quem este cálculo não é correto.

Sobre o parecer do relator Bernardo Cabral as emendas que serão votadas no segundo turno da Constituinte, Márcio

No entendimento de Sarney, que exerceu, durante 25 anos, mandatos eletivos no Senado e na Câmara, a sistemática do controle obrigatório das emissões de títulos, estabelecida no projeto de Constituição, deixará seu Governo de mãos atadas para combater a inflação, através da redução progressiva do déficit público. Até que o Congresso elabore a lei complementar sobre a matéria — o que não se sabe quanto tempo demandará — o Governo — segundo Sarney — estará impedido de fazer emissões ou recolhimento de títulos.

No entender da Subsecretaria de Orçamento, o problema implícito na reclamação presidencial é a redução dos poderes políticos do Governo, uma vez posto sob controle sua prerrogativa de emitir títulos, para qualquer fim.

Tomaz Bastos acha que ele acertou em alguns pontos e errou em outros. O presidente da OAB acha que o relator agiu certo quanto ao artigo da reforma agrária, retirando da relação de terras que não poderão ser desapropriadas as propriedades produtivas. Márcio Tomaz Bastos considera, no entanto, que o deputado Bernardo Cabral errou profundamente, ao retirar do artigo referente a ordem de prioridade o termo "Judiciário".

Ulysses: 2º turno em 10 dias

O presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), reúne hoje às 11h00, em seu gabinete, os líderes de todos os partidos com assento no Congresso. O objetivo é discutir o parecer do relator Bernardo Cabral e identificar os pontos críticos, que ainda não têm acordo. Ulysses acha que, se for possível amarrar um grande acordo até sexta-feira, o segundo turno de votações, que começa na próxima semana, poderá ser concluído em 10 dias.

Os líderes farão um levantamento de todos os pontos que resultaram de acordos, no primeiro turno. Eles também vão verificar todas as possibilidades de fusões, para o segundo turno. Segundo o deputado Ulysses Guimarães, os líderes listarão ainda os pontos que consideram importante alterar ou manter. Se chegarmos a um entendimento majoritário, isso facilitará a votação", previu.

O presidente da Constituinte acha que, no segundo turno o número de votações não será superior

a 200. Ele lembrou que, no primeiro turno, houve dias em que somente no período da tarde foram realizadas 23 votações. Ulysses pretende realizar sessões pela manhã e à tarde, liberando os constituintes no final de semana, por causa da campanha para as eleições municipais.

Presença

Ele fará um apelo aos constituintes para que compareçam às sessões que começam na próxima semana, a fim de apressar as votações. Ulysses quer compatibilizar os trabalhos constituintes com os "deveres da campanha", que deverá envolver parte dos parlamentares.

Por sua vez, o conselho diretor da União Brasileira de Empresários se reúne hoje, às 14h00 na sede da CNI, aqui em Brasília, para uma avaliação do parecer do relator Bernardo Cabral às emendas apresentadas ao projeto de Constituição e aprovadas no primeiro turno.